

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**CAMPUS ARAPIRACA**  
**CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**JHEINNY KÉZIA PEREIRA**

**PRONATEC COMO INSTRUMENTO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: uma  
análise do caso do município de Arapiraca**

**ARAPIRACA**  
**2023**

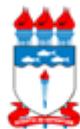
JHEINNY KÉZIA PEREIRA

**PRONATEC COMO INSTRUMENTO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: uma  
análise do caso do município de Arapiraca**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração Pública da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Pereyra de Sousa Coelho

Arapiraca  
2023



Universidade Federal de Alagoas – UFAL  
Campus Arapiraca  
Biblioteca Setorial *Campus* Arapiraca - BSCA

P436p Pereira, Jheiny Kézia  
PRONATEC como instrumento de qualificação profissional [recurso eletrônico]:  
uma análise do caso do município de Arapiraca / Jheiny Kézia Pereira. – Arapiraca,  
2023.  
43 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Pereyra de Souza Coelho.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração Pública) -  
Universidade Federal de Alagoas, *Campus* Arapiraca, Arapiraca, 2023.  
Disponível em: Universidade Digital (UD) – UFAL (*Campus* Arapiraca).  
Referências: f. 41-43.

1. Administração pública. 2. Educação profissional. 3. Mercado de trabalho. I.  
Coelho, Rodrigo Pereyra de Souza. II. Título.

CDU 35

JHEINNY KÉZIA PEREIRA

PRONATEC COMO INSTRUMENTO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: UMA  
ANÁLISE DO CASO DO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao  
Curso de Administração Pública da Universidade  
Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, como  
requisito para obtenção do título de Bacharel em  
Administração Pública, aprovada em 06/10/2023.

**Banca Examinadora**

Documento assinado digitalmente  
 **RODRIGO PEREYRA DE SOUSA COELHO**  
Data: 06/10/2023 19:10:52-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Rodrigo Pereyra de Sousa Coelho (Orientador)UFAL

Documento assinado digitalmente  
 **PAULO EVERTON MOTA SIMOES**  
Data: 11/10/2023 09:43:26-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Paulo Everton Mota Simões (Membro 1)UFAL

Documento assinado digitalmente  
 **MARCONI TABOSA DE ANDRADE**  
Data: 12/10/2023 10:10:23-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Marconi Tabosa de Andrade (Membro 2)UFAL

## RESUMO

Este trabalho discorre sobre a execução do Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) na cidade de Arapiraca como instrumento de qualificação para expansão do acesso à educação profissional e a inserção no mercado de trabalho, devido a importância de se obter tal capacitação para atender aos requisitos do mercado de trabalho. O texto aborda desde a dualidade entre os modelos de educação ofertados pelo governo, separados de acordo com a classe social, até a atuação do Pronatec no município alagoano. A pesquisa descreve a trajetória do programa, que está dividida em três momentos, os desafios encontrados na sua aplicabilidade, como se deu sua atuação na cidade, a caracterização do mercado de trabalho local e a sua adequação ao espaço geográfico inserido. O objetivo é descrever a implementação do programa em Arapiraca, caracterizar sua execução local e comparar aos resultados obtidos no cenário nacional. Para isso, foi elaborada uma pesquisa bibliográfica acerca da temática, além do levantamento de dados dos cursos oferecidos pelas unidades ofertantes no município desde a sua implantação. Com isso, foi possível observar a consonância da execução local do programa em relação às demandas de mercado de local e de como ele segue as tendências do contexto federal.

**Palavras-chave:** Pronatec; qualificação; educação profissional; mercado de trabalho.

## ABSTRACT

This work discourses about the execution of Pronatec (National Program for Access to Technical Education and Employment) in the city of Arapiraca as qualification instrument for expansion of the access to the professional education and the insert in the job market, due to the importance of obtaining such training to assist to the requirements of the labor branch. The text approaches from the duality among the education models presented by the government, separate in agreement with the social class, until the performance of Pronatec in the municipal district from Alagoas. The research describes the path of the program, that it is divided in three moments, the challenges found in your applicability, as happened your performance in the city, the characterization of the local job market and your adaptation to the inserted geographical space. The objective is to describe the implementation of the program in Arapiraca, characterize its local execution and compare the results obtained on the national scene. For that, a bibliographical research was elaborated concerning the thematic, besides the rising of data of the courses offered by the units bidders in the municipal district from your implantation. With that, it was possible to observe the consonance of the local execution of the program in relation to the demands of place market and of like him it follows the tendencies of the federal context.

**Keywords:** Pronatec; qualification; professional education; job market.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Empregados Total – todos os setores .....	24
Gráfico 2 -	Empregados por setor econômico .....	25
Gráfico 3 -	Empregados por setor econômico e divisões econômicas (80.035 empregados).....	26
Gráfico 4 -	Empregados por tamanho da empresa e setor econômico, 2021 .....	27
Gráfico 5 -	Diversidade no Emprego (empregados por sexo e faixa etária), 2021.....	28
Gráfico 6 -	Distribuição de empregados por grupos ocupacionais, 2021 (80.021 trabalhadores) .....	29
Gráfico 7-	Ocupações mais empregas, 2021.....	30

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BFE	Bolsa-Formação Estudante
BFT	Bolsa-Formação Trabalhador
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CIT	Casa Integrada do Trabalhador
CNCT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FIC	Formação Inicial e Continuada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFCE	Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Ceará
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
MP	Medida Provisória
PIB	Produto Interno Bruto
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESI	Serviço Social da Indústria
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SMDTur	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>MODELOS DE EDUCAÇÃO E CLASSE SOCIAL .....</b>	<b>10</b>
<b>2.1</b>	<b>Fase I do Pronatec (2011-2014) .....</b>	<b>14</b>
<b>2.2</b>	<b>Fase II Do Pronatec (2015 – 2016) .....</b>	<b>17</b>
<b>2.3</b>	<b>Fase III do Pronatec (2017-Hoje) .....</b>	<b>18</b>
<b>2.4</b>	<b>Três desafios do Pronatec .....</b>	<b>20</b>
<b>3</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO DO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA .....</b>	<b>22</b>
<b>4</b>	<b>PRONATEC EM ARAPIRACA .....</b>	<b>32</b>
<b>4.1</b>	<b>Fonte de dados .....</b>	<b>32</b>
<b>4.2</b>	<b>Fase I (2011-2014) .....</b>	<b>33</b>
<b>4.3</b>	<b>Fase II (2015-2016) .....</b>	<b>36</b>
<b>4.4</b>	<b>Fase III (2017-hoje) .....</b>	<b>36</b>
<b>4.5</b>	<b>A adequação do Pronatec em Arapiraca.....</b>	<b>38</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>39</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>41</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Para conseguir ingressar ou até mesmo manter-se em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo o trabalhador precisa estar atento às mudanças impostas por ele. Sendo assim, a Educação Profissional é uma ferramenta importante para se adquirir as habilidades e competências técnicas exigidas. O Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego), política que trata da qualificação profissional e objeto de estudo desta pesquisa, teve sua implementação justificada, dentre outros fatores, pela necessidade de mão de obra qualificada, as baixas taxas de escolarização e o quadro de crescimento econômico do país na época (Laurentino e Alloufa, 2019).

É a partir do papel relevante desempenhado pelo Pronatec como meio de abranger e democratizar a oferta de capacitação profissional que a pesquisa tem como objetivo tratar da sua atuação em Arapiraca, segunda maior cidade do estado de Alagoas, e descrever como se deu o desempenho do programa no município, em comparação à sua execução à nível nacional, por meio da descrição de sua execução. A metodologia utilizada no trabalho se deu por uma pesquisa descritiva, por meio de revisão bibliográfica sobre a temática abordada. Ademais, foi realizada a coleta de dados acerca da caracterização do mercado de trabalho em Arapiraca e dos cursos ofertados pelo programa no município.

Para atender ao objetivo da pesquisa, é necessário, primeiramente, abordar as diferentes modalidades de Educação ofertadas pelo Estado e a distinção entre as classes sociais, com foco na educação profissional. Posto isto, o trabalho está dividido em três partes. A primeira parte trata das duas perspectivas de educação profissional apontadas por Marinho (2020): a educação continuada e a técnica; e de como isso contribui para o aumento das desigualdades sociais. E, diante desse contexto, apresenta a criação do Pronatec para expandir as políticas públicas no campo da educação, além de apresentar as três fases que dividem o programa e os desafios encontrados em sua trajetória.

A segunda parte está voltada à caracterização do mercado de trabalho em Arapiraca, desde a sua localização até distribuição de emprego por setor e divisões econômicas. Ademais, elenca quais são as ocupações que mais agregam empregados de acordo por grupos ocupacionais.

Já na terceira parte descreve-se o Pronatec em Arapiraca, por meio de um levantamento de dados feito com as unidades ofertantes, há uma exposição dos cursos oferecidos, carga horária, quantidade de alunos matriculados e taxa de conclusão em suas três fases. Realiza-se uma comparação entre os momentos vivenciados pelo programa na cidade e

se estão de acordo com a conjuntura nacional.

## 2 MODELOS DE EDUCAÇÃO E CLASSE SOCIAL

Sabe-se que a Educação é um direito fundamental de todo e qualquer cidadão brasileiro, assegurado pela Constituição Federal. Segundo o Art. 205, ela “será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). Portanto, é imprescindível a responsabilidade do governo em fazer com que todos os indivíduos possuam oportunidades educacionais de qualidade, integralmente acessível, inclusiva e equitativa para garantir o exercício pleno de tal direito, além de promover o desenvolvimento individual e coletivo e o progresso social.

No que tange aos modelos existentes de Educação, Silva e Moura (2022), apresentam tipos distintos, dentre eles a educação propedêutica e a educação profissional. A educação propedêutica refere-se a uma modalidade que tem por objetivo preparar os estudantes para ingressarem em cursos superiores, desenvolvendo diversas áreas do conhecimento, competências e habilidades do pensamento crítico. A sua estrutura é voltada para desenvolver a formação acadêmica e profissional do indivíduo. Enquanto isso, a educação profissional está atrelada a uma formação técnica e profissionalizante dos estudantes, e tem como base preparar os alunos diretamente para o mercado de trabalho, através de conhecimentos práticos específicos para determinada área. Diferentemente do modelo propedêutico, o qual possui uma formação mais abrangente, a educação profissional possui uma estrutura curricular mais restrita e específica, direcionada às competências necessárias para o exercício de uma delimitada profissão.

A Educação Profissional brasileira, que tem como foco o desenvolvimento de competências e aptidões técnicas, “remonta a mais de um século, com a educação de índios e escravos para sua formação como aprendizes artífices” (Marinho, 2020, p. 104). Ao longo do tempo, a expansão do ensino se ampliou e modernizou, permitindo, inclusive, a interiorização da educação brasileira. A educação profissional, segundo afirma o autor, é vista sob duas perspectivas no que tange à formação profissional: educação continuada e educação técnica.

A formação profissional na concepção da educação técnica está atrelada ao “desenvolvimento pessoal e social” (Moll, 2009, p. 114), com o objetivo de fortalecer suas competências para executar e atender as atividades específicas das demandas do mercado de trabalho, e que estejam em constante desenvolvimento, direcionando-os para carreiras específicas, além de desenvolver habilidades tais como o pensamento crítico, comunicação e resultados atingidos em grupo. Ou seja, essa modalidade tem por finalidade preparar os

indivíduos para o exercício de suas futuras ocupações, auxiliando na sua inserção ao mundo do trabalho e da vida em sociedade (Marinho, 2020).

Já a formação profissional continuada, por outro lado, refere-se à evolução das competências do profissional de forma a abranger, melhorar e manter seus conhecimentos e técnicas profissionais, com vistas a desenvolver suas potencialidades no mercado de trabalho. Dessa forma, a educação profissional continuada tem como finalidade assegurar que os profissionais estejam atentos e atualizados com as tendências e avanços tecnológicos da sua área de atuação, através de iniciativas capazes de torná-los aptos às mudanças do mercado de trabalho, com vistas a promover o seu desenvolvimento profissional (Marinho, 2020).

No que se refere aos modelos de educação, Silva e Moura (2022) apontam uma dualidade histórica que marca a política educacional brasileira, pois houve uma clara distinção entre as classes trabalhadora e a elite. Os modelos educacionais oferecidos pelo Estado dependiam do grupo ao qual os estudantes faziam parte, desconsiderando, assim, o Princípio da Igualdade, que visa garantir a igualdade de condições no acesso e oportunidades de tratamento. Essa duplicidade entre as ofertas foi influenciada, principalmente, por “uma manifestação inerente ao modo de produção capitalista e é nesse sentido que destacamos o papel da educação para o desenvolvimento econômico” (Silva e Moura, 2022, p. 2).

Portanto, é possível perceber que a educação acaba indo para segundo plano, pois o principal objetivo é buscar o crescimento econômico. Neste contexto, os filhos da classe operária “deveriam” permanecer com uma formação de conhecimentos meramente técnico-instrumental que não lhe garantisse muito mais que a sua sobrevivência por meio da força de trabalho barata: a educação profissional. Enquanto isso, a educação proporcionada para os filhos da elite brasileira era a educação básica propedêutica, iniciadora para uma especialização posterior, reforçando o conceito de classe dominante e dominada, separando as pessoas por seus níveis sociais, as predestinando a se manterem assim (Silva e Moura, 2022).

Sabendo que os filhos dos trabalhadores não possuem as mesmas oportunidades e disponibilidades, devido às suas condições sociais e financeiras, a educação acaba por não ser a prioridade exclusiva desses alunos. Santos *et al.* (2021) trazem uma importante reflexão, sob a perspectiva de Pinto (2021), acerca desse tema ao relacionar a educação profissional técnica aos grupos sociais de classe baixa. A necessidade de trabalhar e ajudar no sustento de suas famílias faz com que esses alunos optem por resultados imediatos, através de cursos de curta duração, sem considerar, na maioria das vezes, a qualidade de ensino ofertada. A ideia de a educação básica ser a iniciadora para um ensino posterior acaba por não fazer parte dos planos futuros desses jovens.

A existência dessa duplicidade também pode ser observada na obra apresentada por Lima, Maciel, Ribeiro e Santos (2018), que realiza um estudo a respeito dos programas de política de educação profissional e as contradições existentes referentes aos seus objetivos. Tais programas acabam por priorizar resultados imediatistas, servindo muito mais como instrumentos para “políticas de governo e não de Estado”, conforme citam os autores. De tal forma, a dualidade existente na oferta de Educação passa a ser justificada também, pela necessidade de se atender a grupos e alianças políticas de governo, do que realmente proporcionar uma transformação estrutural em seu modelo.

Desta forma, diante das exposições feitas pelos autores, fica evidenciado que a visão dos mesmos é similar no que se refere à existência da desigualdade nas propostas de educação oferecidas pelo governo. Apesar da expansão das políticas educacionais, que têm o objetivo, dentre outros, de melhorar a formação de mão de obra qualificada, seu principal foco é a utilização da educação como instrumento para alcançar crescimento econômico, por meio da mão de obra barata fornecida pelos concluintes da educação técnica.

O Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) é um exemplo das políticas de acesso educacional, pois refere-se a um programa formado por projetos e ações de assistência técnica e financeira para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Silva e Moura (2022) abordam a implementação do programa, instituído pela Lei 12.513/2011 no dia 26 de outubro, pelo governo da então presidente Dilma Rousseff. O programa foi criado com o objetivo de expandir as políticas públicas educacionais profissional e tecnológica, através da concessão de bolsas de estudo para a capacitação de estudantes da rede pública e trabalhadores, preparando-os para o mercado de trabalho e, conseqüentemente, ampliar as oportunidades que aumentem a geração de emprego e renda para os mesmos. Isso seria operado por meio de uma parceria do Pronatec com as instituições Senai, Senac e outras escolas privadas de educação profissional, garantindo aos alunos o acesso gratuito aos cursos.

Os cursos oferecidos são compostos por modalidades de formação técnica – de longa duração, voltada para os alunos do ensino médio – e profissional – de curta duração, de formação inicial e continuada (FIC), voltada para os trabalhadores. Os cursos estão, ainda, divididos por vários eixos tecnológicos, dentre eles: gestão e negócios, desenvolvimento educacional e social, hospitalidade e lazer, e infraestrutura, tal qual aponta os autores, conforme aponta Silva e Moura (2022) ao analisarem registros do Ministério da Fazenda entre os anos de 2011 a 2014.

Silva e Moura (2022) destacam que a implantação do programa é responsável por

intensificar a dualidade existente entre os modelos de educação, separados pela classe social, ao evidenciarem que “cursos de formação inicial e continuada (FIC) de trabalhadores, além de ensino médio profissional na forma concomitante, [...] [reforçam], assim, a separação entre educação propedêutica e educação profissional” (Silva e Moura, 2022, p. 3).

Santos *et al.* (2021), também discorre sobre a implementação do Pronatec enquanto política pública educacional, e analisam sua capacidade de promover o desenvolvimento econômico e social local, por meio da qualificação da mão de obra. Já Pinto (2021) em sua obra a respeito da formação integral na educação profissional técnica no Brasil, ressalta o fato de que apesar do programa surgir com o objetivo de abranger e interiorizar o acesso à Educação, o obstáculo causado pela dualidade estrutural existente imposta pela fragmentação escolar ainda é vigente:

Entre esses preconceitos havia, de acordo com Anísio Teixeira, o que vinculava a educação profissional técnica às classes sociais mais baixas, pois, tratava-se de um ramo do ensino médio que seria voltado àqueles indivíduos que, por suas origens sociais e condições econômicas, precisariam no mais breve período de tempo abandonar o ambiente escolar para ingressar no mercado de trabalho e, conseqüentemente, contribuir para a subsistência de suas famílias (Pinto, 2021, p. 4-5).

Portanto, é perceptível a implementação do Pronatec atrelada ao modelo de Educação dualista presente em todo o contexto social e político do país. Tal retrato demonstra a separação das classes sociais, colocadas como antagonistas na divisão do mercado de trabalho.

O Pronatec tem sua trajetória dividida por três fases desde a sua criação, que estão interligadas com o contexto político e social de cada uma delas. O primeiro momento deu início com a sua formação, no ano de 2011, lançado pela presidente Dilma Rousseff, marcado pela realização de investimentos significativos no aumento da oferta de cursos técnicos e profissionalizantes por todo o país. O segundo período iniciou em 2015 com a tentativa de aperfeiçoar e diversificar os cursos oferecidos, além do lançamento do MédioTec – que possibilitou a integração dos cursos técnicos ao ensino médio. Por fim, o terceiro momento do Pronatec começou em 2017 e se estende até o presente momento. Nessa fase há a intenção de consolidar suas ações, a fim de estimular e fortalecer o vínculo entre a formação profissional e as demandas do setor produtivo.

## 2.1 Fase I do Pronatec (2011-2014)

Silva e Moura (2022) destacam, em sua pesquisa, que esse período inaugural indicou, sobretudo, a “maior reforma da educação profissional já feita no Brasil”, conforme aponta a chefe do poder executivo nacional em entrevista para um programa de rádio: “Café com a Presidenta”, em outubro de 2011. O lançamento do programa foi marcado pelo alto investimento no oferecimento de vagas nos cursos de formação técnica e profissional, com o intuito de estender as oportunidades de educação para os estudantes e trabalhadores, além da expansão física de redes públicas de educação profissional e, também, a colaboração com escolas privadas de educação profissional e tecnológica e o auxílio para empresas com investimentos no ensino profissionalizante. Foram R\$24 bilhões em investimentos, destinados para o oferecimento de 8 milhões de vagas – 5,6 milhões de vagas para cursos de formação inicial e continuada (FIC) destinadas para os trabalhadores e 2,4 milhões de vagas em cursos técnicos. Ademais, parte desse recurso foi investido para a construção, reforma e ampliação de escolas técnicas estaduais e novas unidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Lima, Maciel, Ribeiro e Santos (2018) ao analisarem o Pronatec enquanto política pública educacional voltada à qualificação profissional, destacam que o programa, em seu discurso oficial tem por propósito as seguintes iniciativas:

- Expansão da Rede Federal: Fortalecimento do investimento nos institutos federais para expandir sua estrutura, contratar novos profissionais e oferecer uma variedade de cursos técnicos em diversas áreas.
- Programa Brasil Profissionalizado: Fomento de ações que tem por objetivo a expansão, ampliação e modernização das escolas das redes estaduais de Educação Profissional e Tecnológica.
- Rede E-tec Brasil: Iniciativa para desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade da educação a distância, com o propósito de ampliar e democratizar a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no país.
- Acordo de Gratuidade com o Serviço Nacional de Aprendizagem: Compromisso firmado entre o Pronatec para a aplicação de recursos vinculados às Confederações Nacionais da Indústria e do Comércio

para a oferta gratuita de cursos técnicos e de qualificação profissional para facilitar o acesso dos estudantes.

- Bolsa-Formação: Oferta pública de vagas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e no Sistema S (SENAI, SENAT, SENAR, SENAC).

Dentre tais disposições, os autores apontam apenas a Bolsa-Formação é a única iniciativa inédita e, também, aquela considerada a “ação central do Pronatec”, pois é através dela que se torna possível o crescimento na oferta de vagas para os cursos, além do repasse financeiro para as instituições executoras do programa.

A Bolsa-Formação do Pronatec é dividida em duas categorias de ações (Brasil, 2011):

- Bolsa-Formação Estudante (BFE) – cursos técnicos destinados aos alunos que estão concluindo o ensino médio na rede pública ou, então, para alunos possuintes de bolsas integrais em escolas privadas;
- Bolsa-Formação Trabalhador (BFT) – como o próprio nome já sugere, é reservada à oferta de cursos FIC para os trabalhadores e/ou beneficiários dos programas de transferência de renda do governo federal.

No que se tange à estrutura e organização dos cursos ofertados pelo Pronatec, os mesmos são direcionados pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e pelo Guia Pronatec de Cursos FIC, onde são apresentadas mais de 600 possibilidades de diferentes cursos, divididos conforme seus eixos tecnológicos. Além disso, também são informados os requisitos necessários e carga horária dos cursos que serão oferecidos, segundo a Lei nº 12.513/2011 que o instituiu, pelos “Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; Escolas técnicas das Universidades Federais; Redes públicas estaduais, distrital e municipais de EPT; Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR e SENAT); Fundações públicas dedicadas à EPT; Instituições privadas de nível médio – escolas técnicas; Instituições privadas de ensino superior habilitadas pelo MEC” (Brasil, 2011).

A implementação do Pronatec trouxe consigo questionamentos acerca da ideia e conjecturas da educação técnica profissional de nível médio. As principais críticas foram feitas com base nos aspectos de que o Pronatec: 1 – Não dimensiona o papel do Estado na oferta pública e gratuita de educação profissional técnica de nível médio; 2 - Flexibiliza o compromisso do Estado para com a oferta da educação técnica de nível médio e estimula a

reserva de mercado educacional; 3 – Contrapõe, ao compromisso citado no item 2, um acordo de expansão de matrículas gratuitas em âmbito do Sistema S; 4 - Inibe a expansão de instituições públicas de formação técnica e tecnológica compromissadas com a formação cidadã; 5 – Fomenta o reducionismo curricular da formação para o trabalho e 6 – Condiciona o trabalhador, assistido por seguro-desemprego, a vínculo empregatício sem direito de escolha (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2011).

Lima, Maciel, Ribeiro e Santos (2018) ao fazerem análise acerca das contradições existentes entre o discurso oficial do programa e o que realmente foi posto em prática, destacaram, dentre outras características, a preferência do governo federal pelos cursos FIC, em detrimento dos cursos técnicos, tendo em vista o número de matrículas em ambas as modalidades nos primeiros anos de implantação do programa, através dos dados coletados<sup>1</sup>.

Fica claro, dessa forma, o interesse da autoridade administrativa em fazer uso de ferramentas políticas para gerar mais popularidade e aceitação, e não para trazer resultados efetivos, solucionando ou minimizando o problema público a respeito da carência de qualificação profissional. Tal fato remete e reforça a crítica feita na proposta do Pronatec em seu início, a respeito do não dimensionamento e orientação do Estado na condução de uma educação técnica, consistente, de qualidade e articulada com os objetivos e metas do Plano Nacional de Educação.

Dentre as observações feitas por Lima, Maciel, Ribeiro e Santos (2018), aspecto semelhante às críticas feitas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (2011), há uma observação a respeito dos investimentos para o Sistema S, sendo ele o maior desfrutador dos repasses financeiros. No Pronatec, se concedeu à rede privada a predominância do fundo público disponibilizado<sup>2</sup>.

Outra crítica se refere ao uso do Pronatec para liberar o governo de sua responsabilidade em relação a problemas estruturais como o desemprego. No discurso, o desemprego passaria a depender não da oferta existente, e sim da capacidade e dedicação dos trabalhadores, tirando do Estado a incumbência de resolver essa problemática. Desse modo, o Estado acaba por resolver seus próprios problemas, tanto com a população (ao apresentar medidas capazes de promover expectativas para a sociedade, fazendo-os pensar que a

---

<sup>1</sup> Entre os anos de 2011 a 2014 foram registradas 3.957.759 de matrículas nos cursos de modalidade FIC, enquanto os cursos técnicos tiveram um pouco mais de 1 milhão.

<sup>2</sup> O repasse dos recursos destinados à oferta de educação profissional teve o Sistema S como seu maior beneficiado e principal responsável pela oferta de cursos entre os anos de 2011 a 2015. Durante esse período, o Sistema S ofereceu 85,7% das matrículas nos cursos FIC, ao passo que os Institutos Federais ficaram com 11,4% e as Redes Estaduais e Municipais apenas 2,6%.

existência dos cursos os tornará qualificados e assim, terão a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho), como também promove satisfação aos empregadores (já que oferece um leque na oferta de mão-de-obra barata e baixa qualificação, que não provoquem muitos custos). Diante disso, o governo passa a agradar as duas vertentes, porém o problema basilar permanece sem nenhuma resolução efetiva (Lima; Maciel; Ribeiro; Santos, 2018).

Já Souza (2020), em seu estudo de caso a respeito do Pronatec no sistema de ensino brasileiro, realizado nos institutos federais dos municípios de Aparecida de Goiânia e Goiânia, também estabeleceu importantes reflexões. As críticas já feitas outrora pelos autores citados anteriormente perduram, a saber: a privatização da Educação Profissional, devido ao grande número de recursos públicos financeiros repassados para as instituições privadas, além do rumo oposto à integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, que foi conduzido pelo Pronatec ao dar preferência aos cursos de curta duração, de formação rápida, supérflua e precária, para atender as necessidades econômicas do país, o que reforça a reprodução das desigualdades sociais já existentes no sistema educacional.

Ademais, Souza (2020) levanta questionamentos que ainda não haviam sido considerados, como é o caso da separação promovida pelo Pronatec, de forma a potencializar a desigualdade entre as classes por meio da oferta de educação diferente para os alunos do Ensino Médio tradicional, que eram preparados para ingressar na educação superior, e para os alunos dos cursos técnicos profissionalizantes, filhos da classe trabalhadora, destinados a um ensino com poucas expectativas de crescimento profissional para além da própria sobrevivência.

Desse modo, ao invés de promover uma transformação estrutural que visasse promover a democratização e expansão da educação gratuita e de qualidade para todos, acabou por fomentar ainda mais as diferenças entre as classes e a exclusão social. Consequentemente, os vestígios de “descontinuidade, incompletude e o insucesso” (Souza, 2020, p. 62) são as características evidenciadas pela implementação do Pronatec.

## **2.2 Fase II do Pronatec (2015 – 2016)**

Silva, Moura e Souza (2018), ao abordarem a trajetória do Pronatec em suas três fases, evidenciam que elas são marcadas por diversas mudanças a depender de seu contexto político e social, sendo, portanto, carregadas de disformidades. A segunda fase do Pronatec está contextualizada a partir da reeleição da então presidente Dilma Rousseff, configurando em uma desaceleração da oferta de vagas como medida para reduzir gastos públicos e conter a

crise política e econômica que atravessava o país na época.

De forma mais evidente, a grande característica desta segunda fase é que, ao contrário da primeira fase do programa, ela é marcada pelo declínio da oferta no número de vagas e matrículas a partir de 2015. Silva e Moura (2022) apontam, conforme levantamento do Senai, que houve uma redução de 45% no número de matrículas, devido a diminuição de ofertas. Isso apesar da imensa aceitação ao programa, por diversos segmentos sociais.

Ainda segundo os dados apresentados no estudo de Silva e Moura (2022), também foi perceptível uma maior diminuição nos cursos FIC em relação aos cursos técnicos, que, apesar de sempre serem preponderantes, no ano de 2016 forma superados no número de matrículas pelos cursos técnicos. Este fato pode ser explicado pelas mudanças políticas ocorridas naquele ano, que impactaram diretamente nas políticas educacionais e, conseqüentemente, no estabelecimento do Pronatec.

Silva, Moura e Souza (2018), ao elucidar o caminho do programa no seu segundo momento, destaca-se a relação direta com a reforma do ensino médio, apesar de entre seus objetivos estar a contribuição para “melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional” (Silva; Moura; Souza, 2018, p. 196). Mesmo com este objetivo, os autores trazem à tona o papel do Pronatec com a reforma do ensino médio, por meio da oferta de cursos concomitantes, para atender “ao contexto mundial de mercadorização da educação e de fragmentação do conhecimento” (Silva; Moura; Souza, 2018, p. 200). Seguindo as transformações no campo da educação, a segunda fase do Pronatec também foi marcada pelo lançamento do Mediotec, no final de 2016, que tinha por objetivo a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio, para ampliar o oferecimento de educação profissional aos alunos.

As sucessivas mudanças da educação brasileira, feitas dias após a posse do novo governo - do presidente Michel Temer – ocasionaram impactos, em especial, no ensino médio, por meio da Medida Provisória (MP) nº 746/2016, que foi transformada em lei no ano seguinte, responsável por propor uma reforma no currículo e na estrutura do ensino médio no país. Assim, mudou-se, mais uma vez, o contexto político e social do país e do setor, o que exigiu, do Pronatec, novas adaptações que vem se cristalizando na terceira etapa.

### **2.3 Fase III do Pronatec (2017-Hoje)**

A dualidade existente entre a educação propedêutica e a profissional foi acentuada com a implementação do Pronatec e reforçada mais ainda com a Reforma do Ensino Médio

(Silva, Moura; Souza, 2018). O Novo Ensino Médio foi responsável por ratificar a dualidade estrutural e propor educação técnico instrumental para os filhos da classe trabalhadora, com o propósito de satisfazer as necessidades do setor produtivo. Pode-se considerar que uma nova fase do Pronatec teve início com o período pós-reforma do Ensino Médio, juntamente com a gama de transformações das políticas públicas no campo da educação, oriundas da Lei Federal nº 13.415/2017 (Silva e Moura, 2022).

Tal reforma no ensino médio, dentre as diversas mudanças, dividiu-o por áreas de conhecimento, sendo elas: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional, com o propósito de flexibilizar a organização curricular, a partir da preferência dos estudantes na escolha de seu itinerário formativo (conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras atividades, de acordo com os cinco áreas de conhecimento) (Brasil, 2017).

A chamada Reforma do Ensino Médio está estritamente ligada ao Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, principalmente no que diz respeito ao trajeto da formação técnica e profissional dos discentes. Sendo assim, o que passou a ocorrer na terceira fase do Pronatec, a partir do ano de 2017, foi o foco na oferta dos cursos técnicos para os alunos de ensino médio – o Mediotec – para introduzir e corroborar com a implantação da Reforma, tendo em vista que o programa passou por diversas alterações a depender do contexto social, político e econômico em que está inserido.

O Mediotec, portanto, foi o instrumento utilizado pelo Pronatec para auxiliar nas ações do governo em viabilizar formação profissional e técnica de forma integrada ao ensino médio, na forma concomitante para os alunos da rede pública estadual e distrital de educação, por meio de cursos de maior duração, com no mínimo 800 horas-aula. Destarte, o público-alvo do programa são os estudantes matriculados no ensino médio regular, exclusiva para os alunos que passaram a ter possibilidade de terminar os estudos com uma dupla certificação, prontos para adentrar ao mercado de trabalho.

A respeito da oferta de vagas, o plano inicial do governo foi de promover 82 mil vagas em todo o país, além das parcerias com as instituições privadas, institutos federais e o Sistema S, tendo por finalidade ocupar a centralidade que outrora pertencia aos cursos FIC. Ao observar a relação direta do programa com o Novo Ensino Médio público, por meio da modalidade de educação profissional técnica de nível médio, e o público-alvo do Pronatec – estudantes da rede pública – fica evidente a intenção dos objetivos da integração de ambas as políticas educacionais, a respeito de sua configuração: atender as demandas do setor

produtivo, seguindo o padrão do cenário mundial, que trata todos os âmbitos como mercadoria (Silva; Moura; Souza, 2018).

## 2.4 Três desafios do Pronatec

Assim como qualquer outro projeto ou programa, quando posto em prática, atravessam situações que impedem sua execução de forma totalmente satisfatória. No caso do Pronatec, algumas circunstâncias impediram que todos os alunos matriculados nos cursos, conquistassem o êxito de concluir o curso, conseguir o certificado e a aparente qualificação profissional.

Marinho (2020) aborda a evasão como um dos principais problemas a ser enfrentado pelo Pronatec e pela gestão do programa. Segundo o levantamento feito em seu estudo de caso no Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Ceará (IFCE), campus Aracati, as principais causas para esse entrave foram a falta de disponibilidade de tempo, o formato diferente entre a escola de ensino médio e os cursos técnicos ou até mesmo o critério de seleção e a imaturidade vista em sala de aula, pois muitos alunos optaram pelo curso apenas pela euforia do momento. É válido destacar também, na pesquisa feita por Marinho (2020), que dentre as características dos alunos aparece que o número maior de inscritos foi de alunos prestes a sair do ensino médio a fim de conseguir emprego ou formação superior, o que pode ter influência com o alto grau de desistentes.

Lima, Maciel, Ribeiro e Santos (2018), ao avaliarem a execução do Pronatec em âmbito nacional, destacam o elevado nível de evasão dos alunos, o que causou uma baixa efetividade do programa. Um dos motivos elencados pelos autores para explicar a desistência dos alunos durante os cursos técnicos e FIC foi a falta de conformidade entre a carência do mercado de trabalho local e os cursos ofertados.

Outro problema enfrentado pelo Pronatec refere-se à questão da empregabilidade. O programa é direcionado para algumas categorias de pessoas, dentre elas, os trabalhadores que estão em busca de qualificação profissional para estarem aptos a ampliar suas oportunidades de emprego e atuarem no setor da atividade econômica local a qual pertencem. Por meio dos resultados de Santos *et al* (2021), observou-se que apesar dos cursos promoverem capacitação profissional, ele não foi suficiente para inserir os concluintes no mercado de trabalho, tendo em vista que quase nenhum conseguiu emprego após o término do curso<sup>3</sup>, evidenciando a

---

<sup>3</sup> Ao final do curso de Criador de Peixes Tanques-rede, dos 25 alunos que iniciaram, apenas 19 concluíram, e dentre os concluintes, somente 1 conseguiu entrar no mercado de trabalho.

falta de eficiência do programa para atingir seu objetivo de ampliar as oportunidades de formação para os trabalhadores de maneira articulada com políticas de geração, emprego e renda.

Lima, Maciel, Ribeiro e Santos (2018, p. 199) comprovaram tal problemática e afirmam, dentre outras, que o programa promoveu a “hegemonização de um tipo de formação profissional mercantilizada voltada para empregabilidade e não para o emprego”. Isto é, a questão do desemprego e falta de captação de novos postos de trabalho necessárias continua existindo, e os programas de qualificação profissional acabam por servir mais como uma resposta para minimizar as pressões sociais do que para promover uma solução de fato.

Outro assunto relacionado e discutido sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego trata dos recursos financeiros repassados para as instituições privadas. Essa temática é apontada em diversas pesquisas acerca do tema, pois apesar do programa ter o objetivo de promover a inclusão social, também visa o desenvolvimento econômico do país.

À vista disso, apesar de ser uma política pública voltada para o campo educacional, observando pelo lado sistêmico, é preciso ponderar uma política em relação a outras (Lima; Maciel; Ribeiro; Santos, 2018). Porém, o que os autores destacam é a importância dos projetos relativos à educação e qualificação profissional não se tornarem apenas um repasse de recursos públicos para as instituições privadas, sem promover resultados permanentes a longo prazo, capazes de reestruturar a formação dos profissionais e beneficiários envolvidos, indo muito além de apenas capitalizar recursos para o setor privado. Afinal, o mesmo deve assumir um papel meramente complementar no que se refere ao direito à educação, pois do contrário, suprimiria o caráter e dever público da educação.

Silva e Moura (2020) destacam que estas ações do governo foram mais voltadas para legitimação e reprodução do Estado capitalista, utilizando-se de tais políticas no processo de privatização da educação profissional. Para Souza (2020), a prioridade em atender às necessidades econômicas do país, ao evidenciar a configuração “imediate, fragmentada e incompleta” com que sua execução é tratada, através da fragilização e aceleração da formação dos alunos, a qual demonstra a carência em fornecer mão-de-obra barata para o mercado de trabalho e satisfazer os anseios políticos e econômicos do setor privado.

### **3 CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO DO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA**

O município de Arapiraca é o segundo maior do estado de Alagoas, na região nordeste do país. O município está localizado no centro geográfico do estado, a cerca de 125 km da capital, Maceió, e é a principal cidade da Região Metropolitana do Agreste. A influência de Arapiraca está ligada a uma série de aspectos que a tornaram conhecida como a “capital do Agreste”, como, por exemplo, sua localização estratégica. O fenômeno das feiras livres, a prosperidade do comércio, dos serviços e da agricultura familiar transformaram a cidade em um “polo regional”, afirmação feita pelo economista Cícero Péricles (Associação dos Municípios Alagoanos, 2018).

O município é o maior e mais importante do interior alagoano, com uma população de 234.696 mil habitantes, conforme dados apresentados pelo IBGE em 2022. No que tange à população arapiraquense, cerca de 47,6% é composta por homens, enquanto 52,4% é de mulheres. Já a respeito de seu espaço territorial, a cidade é dividida entre 84,82% de população urbana e 15,18% que moram nas zonas rurais.

Referente às taxas de escolaridade do município, segundo informações obtidas pelo IBGE (2021), a cidade possui 34 estabelecimentos de ensino médio e 112 estabelecimentos de ensino fundamental. No ano de 2021, houve 34.498 matrículas no ensino fundamental e 9.726 matrículas no ensino médio. Com isso, se alcançou uma taxa de escolarização de 95,9% de crianças e adolescentes entre 6 a 14 anos de idade, porém o nível de instrução mais comum entre a população é o ensino médio completo (25%), seguido do fundamental incompleto (24%) e pelo ensino fundamental completo (16%).

Referente aos alunos de nível superior, no ano de 2021 foram registrados 24.622 alunos inscritos, sendo que o município é um polo que atrai alunos de diversas cidades do estado para estudar ali. As áreas de estudo com mais alunos foram as de Educação (9.720), Saúde (4.749) e Negócios e Administração (3.725). Já o número de graduados, no mesmo ano, foi de 2.859 alunos, e as áreas de estudo que tiveram maior número de estudantes graduados foram as da Educação (1.390), Negócios e Administração (544) e Direito (343), conforme informações do portal eletrônico Data MPE Brasil (2021).

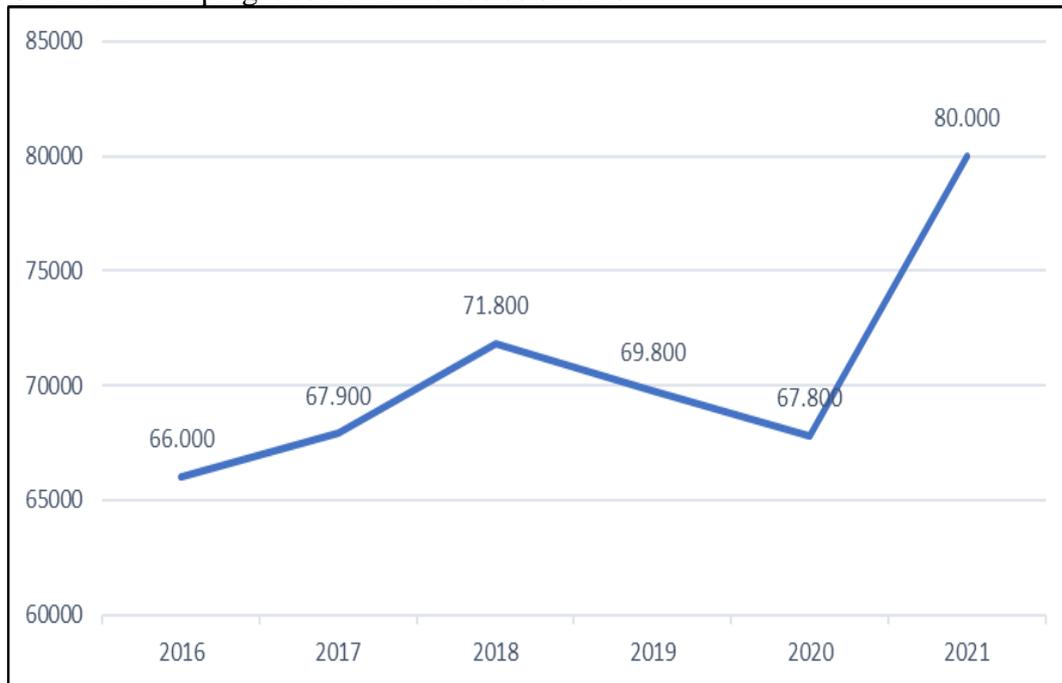
A respeito da economia local, os números divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), apontam Arapiraca em um crescimento constante. O PIB da cidade é de aproximadamente R\$ 5,2 bilhões de reais, de forma que 51,4% do valor adicionado advém dos setores de serviços e comércio, umas das principais fontes de renda da

cidade; em seguida aparecem as participações da administração pública (19,7%), da agropecuária (19,4%) e da indústria (9,5%). Por conseguinte, o PIB per capita do município é de R\$ 22.457,59, ultrapassando o do estado de Alagoas, que é de R\$ 20,2 mil. O Produto Interno Bruto do município apresentou um aumento expressivo nos últimos anos, os estudos apontados pelo site Caravela Dados e Estatísticas (2020) indicam uma taxa de crescimento de 34,4% nos últimos cinco anos.

Por tudo isso, no ano de 2015, Arapiraca foi considerada o 4º maior gerador de emprego formal no país. Porém, um fator a ser levado em consideração a respeito de tal resultado trata da natureza e condição dos postos de trabalho gerados pelo município. A pauta da procedência dos empregos ofertados que levaram ao crescimento do mercado de trabalho em Arapiraca foi levantada após análise feita por Silva *et al.* (2016) sobre os determinantes responsáveis por colocar a cidade nesta posição. Tendo em vista as atividades econômicas desenvolvidas pelas três primeiras cidades no ranking - atividade extrativa mineral, atividade petrolífera (bens de capital) e atividade agrícola voltada ao cultivo e processamento de laranja e cana de açúcar, os autores destacaram a importância em examinar a “qualidade desses postos de trabalho enquanto multiplicador de inovações e bem estar social, pois tanto o setor de serviços quanto o do comércio, classicamente não compreendem em seus *modus operandi* capacitações, qualificações e estabilidades no emprego para suas respectivas mãos-de-obra” (Silva, *et al.*, 2016). Portanto, percebe-se que apesar de ser considerada uma grande fornecedora de emprego, a falta de qualificação profissional é um problema presente na cidade de Arapiraca.

Seguindo a contextualização do mercado de trabalho no município de Arapiraca, as informações levantadas pelo Data MPE Brasil (2021) indicam que, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o quantitativo de trabalhadores formais registrados na cidade, em 2021, foi de 80.035, refletindo em uma variação de 18% em comparação ao ano anterior.

Gráfico 1 - Empregados Total – todos os setores

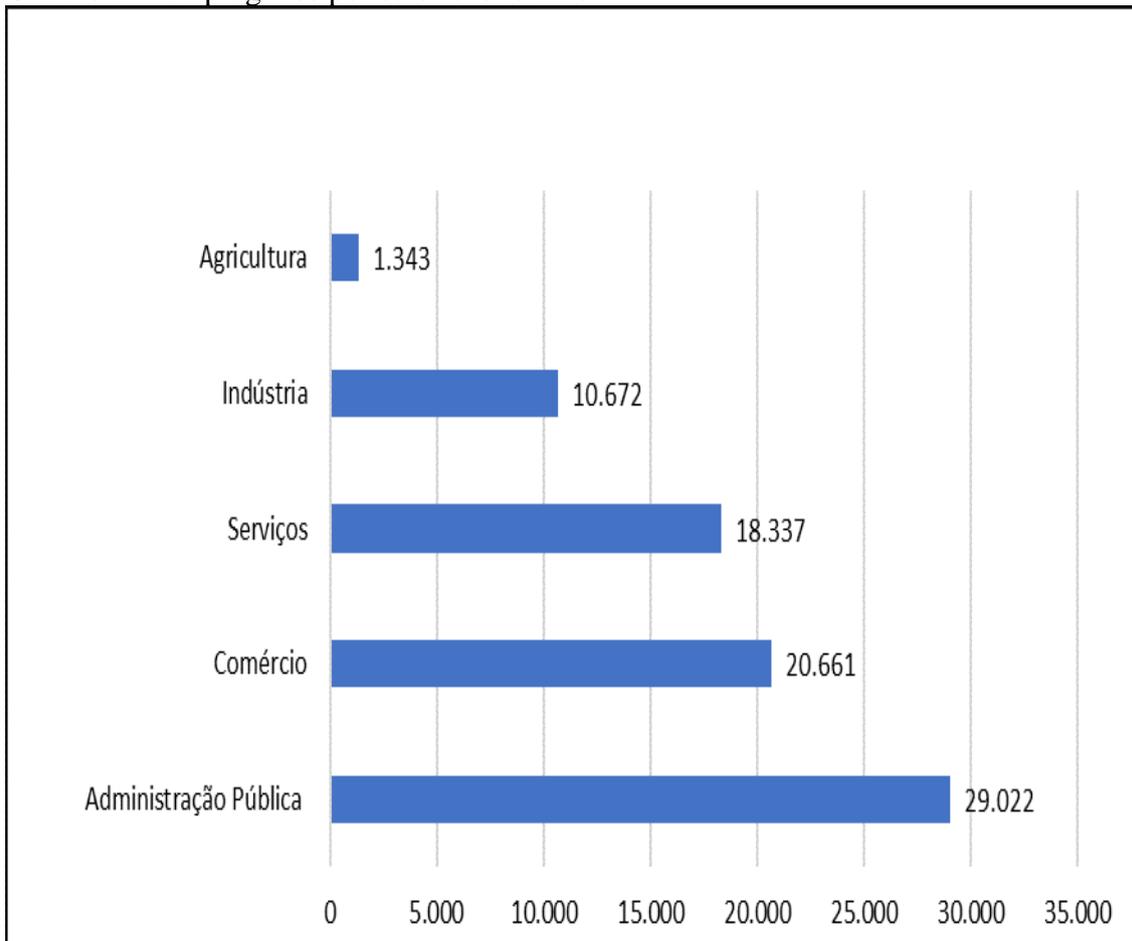


Fonte: Data MPE Brasil (2021)

A expansão na oferta de empregos tem sido constante ao longo do tempo no município. Entre 2016 e 2021 é possível perceber, conforme os dados apresentados no Gráfico 1, o aumento de 12,2 mil postos de trabalho em Arapiraca. Segundo site oficial da Prefeitura de Arapiraca (Arapiraca, 2022), através do levantamento feito pelo Ministério do Trabalho e Emprego, a cidade, gerou cerca de 1.894 novos empregos no oitos primeiros meses de 2022, e somente o setor de serviços foi responsável por formar 1.432 novas oportunidades no mercado de trabalho.

Apesar deste dinamismo, os setores econômicos que mais agregaram trabalhadores, no ano de 2021, foram nas áreas de Administração Pública, Defesa e Seguridade Social (20.022 postos de trabalho), Comércio Varejista (13.055) e Fabricação de Produtos Alimentícios (5.632). Os gráficos 2 e 3 tratam da divisão de empregados por setor econômico, evidenciando os setores da Administração Pública, Comércio e Serviços como os principais setores intensivos em trabalho no ano de 2021.

Gráfico 2 – Empregados por setor econômico

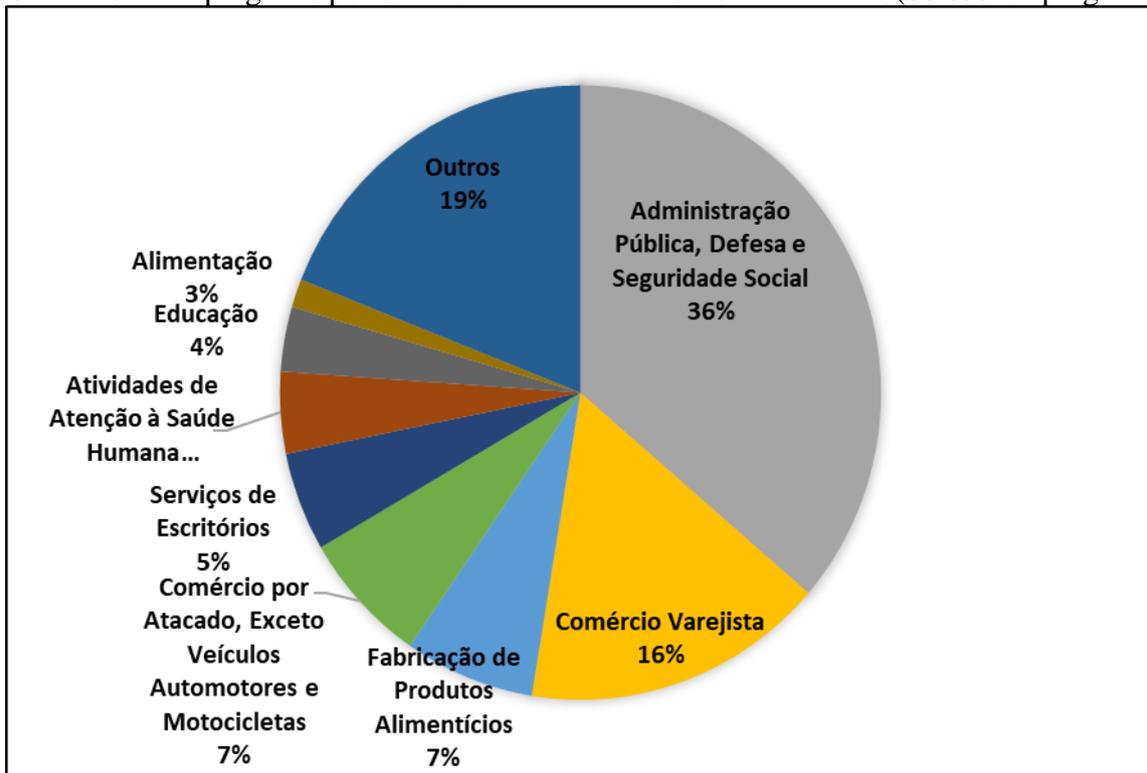


Fonte: Data MPE Brasil (2021)

Percebe-se que, na contribuição ao PIB municipal, a área de Serviços e Comércio correspondem, juntos, ao setor mais relevante, sendo responsáveis por mais da metade da riqueza produzida no município. Entretanto, na contribuição ao emprego, ele aparece apenas nas segunda e terceira colocação. Já a Administração Pública, que é o principal setor empregador, aparece como o segundo mais relevante setor para a economia municipal. Destaca-se o setor agropecuário, que menos emprega no município, apesar de ser o terceiro maior valor agregado da economia local.

Dentro dos subsectores, a relação de emprego se dá conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 3 – Empregados por setor econômico e divisões econômicas (80.035 empregados)



Fonte: Data MPE Brasil (2021)

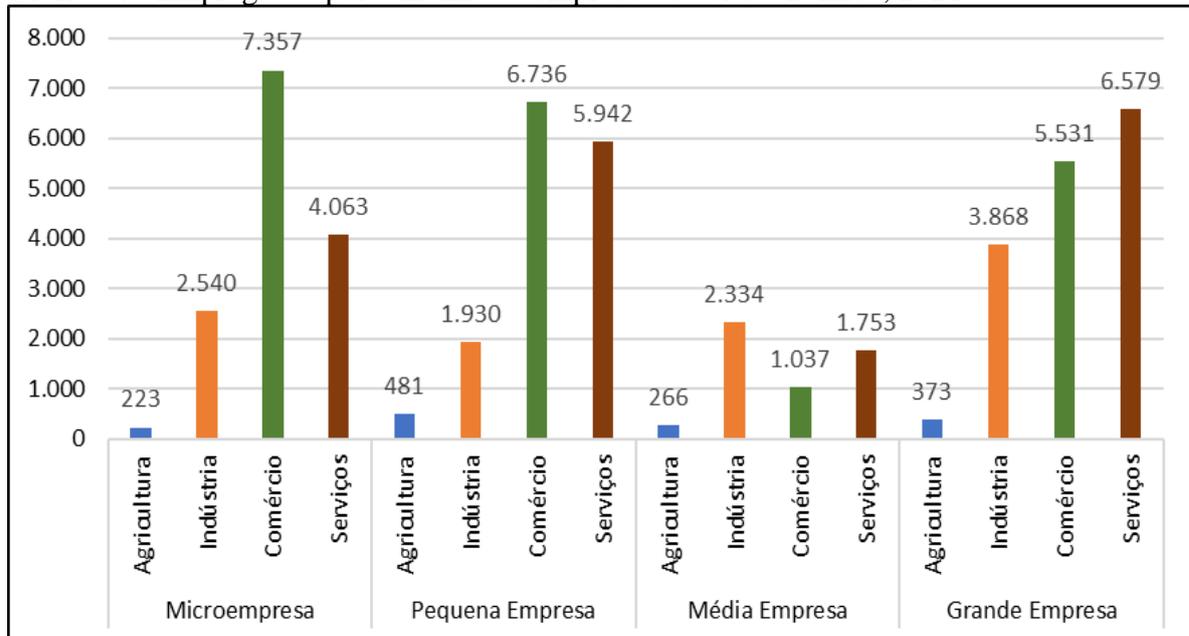
A cidade possui uma variedade de empresas que são referência em Alagoas, como, por exemplo: no ramo alimentício, o Grupo Coringa é uma das empresas mais importantes de Alagoas; no setor de supermercados o Unicompra, fundado em Arapiraca, está entre os maiores, com filiais em outras cidades, inclusive na capital; no segmento eletrodomésticos e móveis, as Lojas Guido contribuem para a geração de emprego, economia e comércio local; entre outros. Vale ressaltar, também, como já mencionado anteriormente, que Arapiraca é um polo regional. Dessa forma, os trabalhadores empregados não são limitados apenas à população arapiraquense. A cidade e principalmente o comércio local e as empresas prestadoras de serviço são responsáveis por empregar moradores das cidades circunvizinhas ao município, na região agreste do estado, devido à falta de oportunidades e limitação da economia local nas cidades do interior.

Considerando apenas as empresas privadas da economia, o gráfico 4 também deixa evidente que as Grandes Empresas do município são as que mais empregam (com 16.351 postos de trabalho), sendo seguidas de perto pelas pequenas empresas (com 15.089 empregos) e pelas microempresas (com 14.183). As empresas de porte médio empregam um volume de trabalhadores bem abaixo das empresas maiores ou menores (apenas 5.390 trabalhadores)<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> O IBGE caracteriza o porte das empresas de acordo com o número de colaboradores. Nas empresas de Indústria

Por setor, podemos observar que tanto no setor de Serviços como na Indústria, os principais empregadores são as Grandes Empresas. Entretanto, no setor de Comércio a primazia cabe às Microempresas; e na Agricultura, o emprego é mantido, principalmente, pelas Pequenas Empresas.

Gráfico 4 - Empregados por tamanho da empresa e setor econômico, 2021



Fonte: Data MPE Brasil (2021)

Outra questão estruturante na caracterização do mercado de trabalho diz respeito à diversidade no emprego, divididos por sexo e faixa etária, assinalados no gráfico 5. A divisão pode variar de acordo com o setor econômico e aspectos sociais. Apesar disso, os homens são os que ocupam a maior quantidade dos postos de emprego, totalizando 42.967 ofertas, e possuem maior participação em quase todos os setores e idades; enquanto as mulheres preenchem 37.064 vagas, evidenciando uma disparidade de 7,4% no emprego.

Apesar da diferença, é possível perceber a importância do processo de inserção da presença feminina no mercado de trabalho, através de uma ação contínua; nota-se, inclusive, que as mulheres já são maioria na faixa etária dos 50 a 64 anos e por uma pequena proporção não se igualaram na faixa dos 40 a 49 anos, o que demonstra a participação cada vez mais expressiva da mulher.

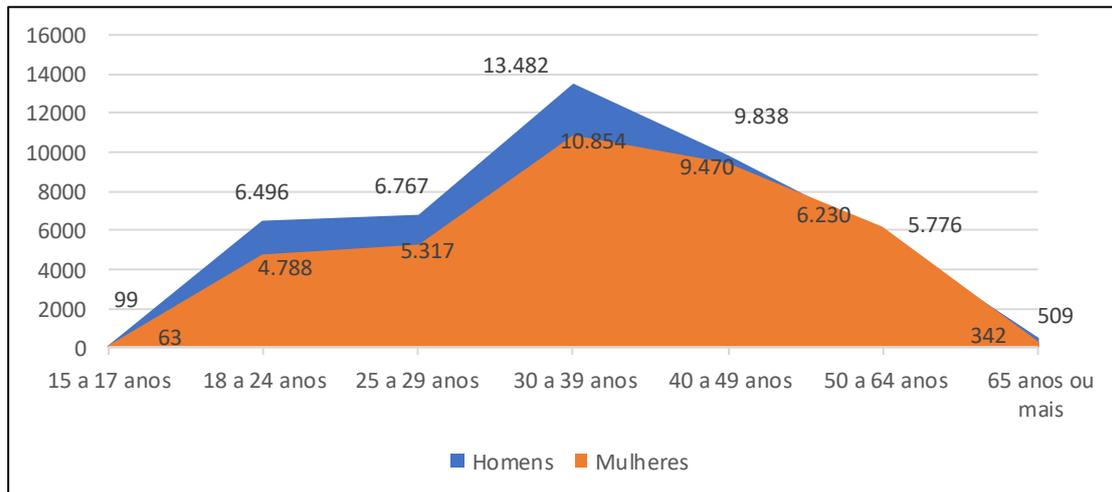
Com relação à faixa etária, o mercado de trabalho é, para ambos os sexos, dominado

---

são definidas da seguinte forma: Microempresa: até 19 colaboradores; Pequena Empresa: de 20 a 99; Média Empresa: de 100 a 499; Grande Empresa: Acima de 500 colaboradores. Já Empresas de Comércio e Serviço: Microempresa: até 9 colaboradores; Pequena Empresa: de 10 a 49; Média Empresa: de 50 a 99; Grande Empresa: mais de 100 colaboradores.

por pessoas entre 30 e 49 anos, com maior preponderância da faixa entre 30 e 39 anos. Entre 18 e 29 anos e entre 50 e 64 anos, o volume de pessoas empregadas é próximo, havendo, entretanto, muita diferenciação com relação à composição de sexo destes contingentes.

Gráfico 5 - Diversidade no Emprego (empregados por sexo e faixa etária), 2021



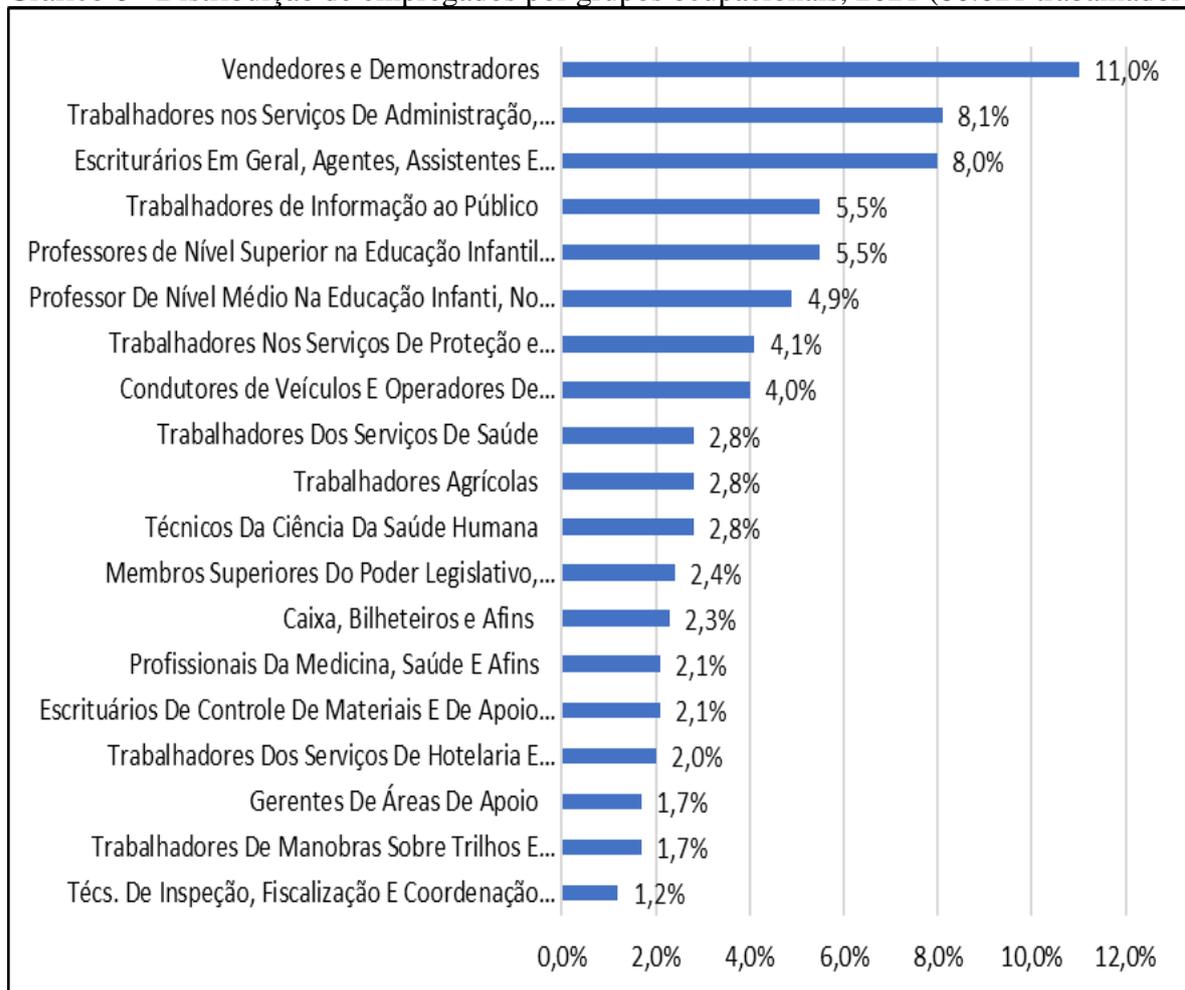
Fonte: Data MPE Brasil (2021)

Por fim, temos os dados sobre os grupos ocupacionais e as ocupações mais frequentes no município<sup>5</sup>. Com relação aos primeiros, os dados apontam que: Os Vendedores e Demonstradores; Trabalhadores nos Serviços de Administração, Conservação e Manutenção de Edifícios e Logradouros; e Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos correspondem às três primeiras categorias com maior número de empregados no município. Os números apresentados reforçam o fato das áreas de Administração Pública, Defesa e Seguridade Social e o Comércio Varejista serem dois dos setores que mais agregam funcionários. Ademais, esses cargos, exigem, dentre outros requisitos, o aperfeiçoamento dos conhecimentos técnicos para exercerem tais funções, tendo em vista que desempenham atividades específicas, para conseguirem atender às demandas de maneira eficiente, e, conseqüentemente, manter-se no mercado de trabalho. Dito isso, a exigência de conhecimentos específicos para atender às funções que mais acumulam empregos demonstram à importância de se ter cada vez mais qualificação profissional. Isso pode ser demonstrado pelas funções subsequentes às citadas anteriormente, em relação à distribuição de empregados, que são: Trabalhadores de Informação ao Público; Professores de Nível Superior na Educação Infantil e no Ensino Fundamental; Professor de Nível Médio na

<sup>5</sup> Segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), o termo ocupação é definido como a agregação de empregos ou situações de trabalho similares quanto às atividades realizadas. Já os grupos ocupacionais referem-se ao conjunto de cargos segundo a formação, qualificação, atribuições e grau de complexidade e responsabilidade.

Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Profissionalizante; Trabalhadores nos Serviços de Proteção e Segurança; Condutores de Veículos e Operadores de Equipamentos de Elevação e de Movimentos de Cargas; e Trabalhadores dos Serviços de Saúde, que somadas às primeiras três correspondem a cerca de 53% do número total de trabalhadores. É possível perceber que a maioria dos cargos exigem um nível mínimo de educação ou de qualificação, alguns requerem, inclusive, ensino superior. Portanto, demonstram um número alto e significativo dentro do contexto de atividades trabalhistas.

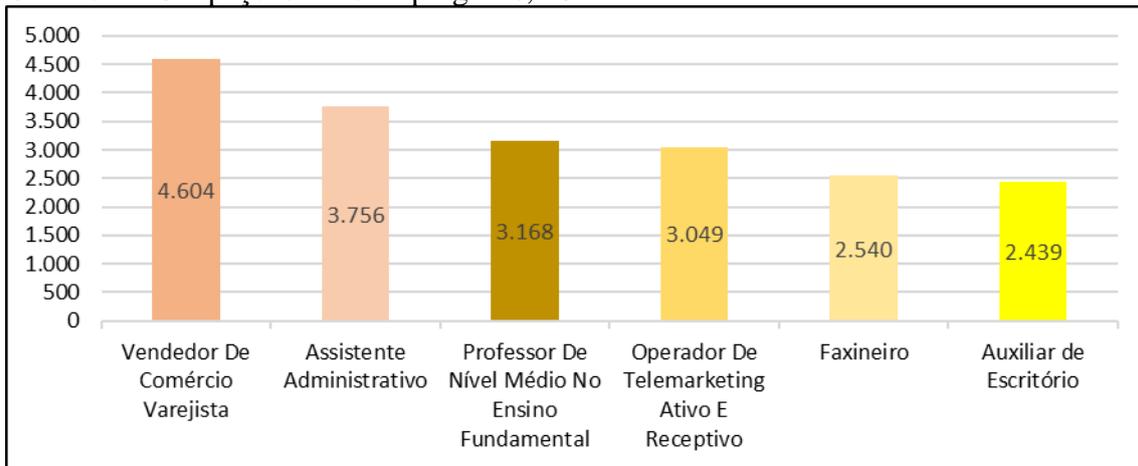
Gráfico 6 - Distribuição de empregados por grupos ocupacionais, 2021 (80.021 trabalhadores)



Fonte: Data MPE Brasil (2021)

No que tange às ocupações mais empregadas em Arapiraca, no ano de 2021, as principais correspondem à 25% do total, e estão intrinsecamente ligadas, em sua maioria, ao setor de comércio e serviços, onde concentram maior número de empregados, como é possível observar no gráfico abaixo:

Gráfico 7 - Ocupações mais empregadas, 2021



Fonte: Data MPE Brasil (2021)

Portanto, diante dos dados apresentados, é possível perceber que a caracterização do mercado de trabalho em Arapiraca está tipificada da seguinte forma: Grande parte dos funcionários pertencem às grandes empresas (Gráfico 4), trabalhadores do sexo masculino são maioria (Gráfico 5). A faixa etária predominante é de 30 a 49 anos, para ambos os sexos (Gráfico 5). Referente à distribuição das ocupações, os gráficos mostram os cargos de Vendedores e Demonstradores como o grupo ocupacional com maior número de empregados, seguidos pelos Trabalhadores nos Serviços de Administração, Conservação e Manutenção de Edifícios e Logradores (Gráfico 6). Já as ocupações mais empregadas estão ligadas, principalmente, ao setor do Comércio e da Administração Pública, sendo as funções de Vendedor de Comércio Varejista, Assistente Administrativo e Operador de Telemarketing Ativo e Receptivo – três das principais mais empregadas em 2021 (Gráfico 7).

Diante desse contexto, há questões a serem observadas, como por exemplo, o fato apontado anteriormente por Silva, et. al em seu estudo sobre “Os determinantes da expansão do emprego formal no mercado de trabalho do município de Arapiraca – Alagoas – Brasil” (2016), envolvendo a “precarização das relações de trabalho centradas nos setores do comércio e serviços” e a necessidade de melhorias na qualificação profissional desses trabalhadores, capazes de promover inovações, qualidade no atendimento e, principalmente, bem-estar social, que sejam condizentes com o papel relevante ocupado pela cidade na economia alagoana.

Portanto, apesar da importância e diferencial que Arapiraca possui, tanto no âmbito nacional como, principalmente, no estadual, por ser a segunda cidade mais importante e tratar-se de um centro regional, não somente os números de empregos oferecidos pelo município que devem ser avaliados, assim também como a qualidade e natureza desses

trabalhos, pois tratam de uma característica intrínseca ao crescimento e desenvolvimento local. Sendo assim, a qualificação profissional é agente preponderante para atender às demandas de mercado. É neste contexto que passamos a analisar as informações sobre o PRONATEC desenvolvido no município desde 2013.

## **4 PRONATEC EM ARAPIRACA**

### **4.1 Fonte de dados**

No que tange ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego em Arapiraca, os dados encontrados referentes aos cursos foram fornecidos pelas suas respectivas unidades ofertantes foram muito escassos.

Nos anos iniciais do programa na cidade, os registros encontrados foram apenas do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e da Escola Estadual de Educação Básica Professor Pedro de França Reis. As demais unidades que possuem registros dos cursos oferecidos são as Escolas Estaduais Costa Rêgo, José Quintella Cavalcanti e Professora Izaura Antônia de Lisboa, que ofertaram cursos promovidos pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) em convênio com o Ministério da Educação (MEC).

Porém, essas não foram as únicas instituições ofertantes no município. Durante as pesquisas feitas, foi constatado que também houve Pronatec em outros locais, como é o caso da unidade integrada SESI/SENAI e da Casa Integrada do Trabalho CIT/SINE, oferecidos pela Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SMDTur). Apesar disso, o relato feito pelos funcionários foi de que não há mais nenhum registro ou arquivo dessas ações, encerradas no ano de 2017. A justificativa é de que tais informações estavam inseridas em um sistema antigo, não mais utilizado atualmente, e a equipe não possui mais acesso aos dados. Ademais, também foi informado que os responsáveis pelo Pronatec na época não fazem mais parte da atual gestão, sendo assim não é sabido nem mesmo quem eram os encarregados.

Referente às informações coletadas no SENAC, os dados foram coletados com a assistente da central de atendimento, por meio de uma busca ativa no sistema da instituição. Nesta busca foi possível obter um relatório com todas as turmas, carga horária, modalidade, datas de início e término e número de matriculados e concluintes. Os elementos colhidos são concernentes apenas aos anos de 2013 e 2014, após essa data não houve mais cursos do Pronatec ofertados nesse agente de educação profissional.

Nas escolas estaduais, em todas elas, não há um sistema próprio onde seja possível coletar os dados específicos dos cursos ofertados na cidade de Arapiraca. Desse modo, as informações foram obtidas por meio de pesquisa documental dos registros arquivados e disponíveis na escola. A Escola Estadual Professor Pedro de França Reis foi a primeira escola a disponibilizar turmas, e, por esse motivo, é considerada a escola “mãe” do Pronatec em

Arapiraca. Para conseguir os dados, foi preciso fazer um levantamento através da contagem de documentos dos alunos matriculados e a quantidade de certificados emitidos. Devido a isso, algumas informações não foram possíveis de serem obtidas.

Sendo assim, constatar a quantidade exata de cursos promovidos foi algo difícil de ser executado, pois nos anos de 2015 e 2016, por exemplo, não havia nenhum registro disponível.

Já nas outras escolas do Estado: Costa Rêgo, José Quintella Cavalcanti e Professora Izaura Antônia de Lisboa, as turmas do Pronatec tiveram início alguns anos depois – e se trata de dados mais recentes, a partir do ano de 2017. Apesar disso, ainda existiram dificuldades, pois algumas equipes responsáveis pelo programa foram substituídas. Como estas equipes trabalhavam unicamente para o Pronatec, quando os cursos encerravam, elas saíam integralmente até que iniciassem outros cursos. Só então chegava uma nova equipe para operar o novo programa. Dessa forma, embora a documentação esteja arquivada na escola, foram verificados certos obstáculos em encontrá-los.

Mesmo assim, felizmente, foi possível localizar algumas informações básicas necessárias a respeito das turmas, com o auxílio do levantamento feito pelos atuais apoios administrativos do programa nas escolas e, também com pesquisas feitas no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), de acesso exclusivo dos assistentes das unidades de ensino para registro de dados.

#### **4.2 Fase I (2011-2014)**

A primeira fase do Pronatec, em âmbito nacional, teve seu começo em 2011, porém, as pesquisas realizadas mostram que, no município de Arapiraca, os cursos tiveram início apenas no ano de 2013.

Durante a primeira fase do programa na cidade, fica evidente os investimentos do governo federal no Sistema S – Serviços Nacionais de Aprendizagem – por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), sendo ele o maior beneficiário do repasse de recursos financeiros. O SENAC foi a principal unidade ofertante de turmas do Pronatec durante o primeiro momento do programa, pois foi quem promoveu o número mais expressivo de vagas durante os anos de 2013 e 2014 – período em que a instituição ofertou os cursos na cidade. No total, a organização forneceu, durante esse tempo, 17 cursos de qualificação profissional, todos eles na modalidade FIC, ou seja, cursos de curta duração.

A quantidade de alunos matriculados nesses cursos totalizou 2.070 inscritos, dentre eles, 1.495 terminaram, o que corresponde a uma taxa de 72,2% de concluintes. Os cursos

oferecidos pelo SENAC e suas respectivas cargas horárias foram: Cabeleireiro Assistente (200h), Manicure e Pedicure (160h), Operador de Caixa (160h), Operador de Supermercados (200h), Promotor de Vendas (160h), Vendedor (160h), Frentista (180 h), Auxiliar Administrativo (160h), Auxiliar de Pessoal (160h), Auxiliar de Recursos Humanos (160h), Operador de Teleatendimento (160h), Recepcionista (170h), Balconista de Farmácia (270h), Operador de Computador (160h), Recepcionista de Eventos (200h), Comprador (160h) e Recepcionista em Meios de Hospedagem (210h).

A outra unidade ofertante do Pronatec em Arapiraca, a Escola Estadual Professor Pedro de França Reis, foi responsável por ofertar 18 cursos. Dentre os 18, 11 cursos foram na modalidade FIC e 7 cursos técnicos - cursos de maior duração. Nos cursos FIC, houve 475 matriculados e 279 concluintes, portanto, a taxa de conclusão foi cerca de 58,7%.

Os cursos FIC e cargas horárias ofertados na escola foram: Instalador de Acessórios Automotivo (160h), Instalador de Refrigeração e Climatização Doméstica (160h), Auxiliar de Recursos Humanos (160h), Garçom (120h), Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão (160h), Cabeleireiro (400h), Bombeiro Civil (210h), instalador de Sistemas Eletrônicos de Segurança (200h), Auxiliar Administrativo (160h), Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS (160h) e Mecânico de Motocicleta (280h).

Já no que corresponde aos cursos técnicos, foram feitas 262 matrículas, de modo que apenas 79 alunos chegaram até o final, com a taxa de concluintes de somente 30,15%. Os cursos técnicos ofertados na escola e a carga horária de cada um foram as seguintes: Técnico em Administração (1000h), Técnico em Suporte e Manutenção em Informática (1000h), Técnico em Refrigeração e Climatização (1200h), Técnico em Informática (1200h), Técnico em Logística (800h), Técnico em Segurança do Trabalho (1200h) e Técnico em Enfermagem (1200h).

Diante dos dados apresentados, é possível perceber três situações importantes: a primeira diz respeito à prevalência de ofertas de cursos FIC em detrimento aos cursos técnicos. Lima, Maciel, Ribeiro e Santos (2018), ao falarem sobre a implementação do Pronatec, em sua primeira fase, criticam esse fato, ao evidenciar o interesse do governo na oferta de tal modalidade: buscam alcançar resultados rápidos e ganhar apelo popular. Ou seja, a política de democratização do acesso à Educação Profissional e Tecnológica, na verdade, dá lugar a uma política assistencialista que está implícita à sua ideia inicial. Silva e Moura (2022) também fazem referência à situação, ao elucidarem que a concessão desses cursos tem uma colaboração insignificativa em relação ao ingresso dos alunos no mercado de trabalho.

Este é um fato que também abrange o contexto de Arapiraca, tendo em vista o número

de vaga ofertadas pelos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ser muito maior em relação aos cursos técnicos. Enquanto os cursos FIC propiciaram 2.545 matrículas somando o número de vagas das duas unidades ofertantes, os técnicos tiveram meramente 262 alunos matriculados. Assim, chama a atenção a discrepância entre as duas modalidades em Arapiraca por não corresponder ao padrão seguido no Brasil, que havia no planejamento o dobro de vagas de cursos FIC em relação às ofertas de vagas de cursos técnicos; contudo, no âmbito nacional, executou quatro vezes mais o primeiro do que o segundo e em Arapiraca essa discrepância foi de quase dez vezes mais.

Outro aspecto que chama atenção trata do fato da taxa de alunos concluintes de cursos técnicos ser inferior à taxa de concluintes dos cursos FIC, pois a taxa de conclusão dos cursos de menor duração foram todas acima de 50%, ao tempo que os concluintes dos cursos de maior duração alcançaram uma taxa de cerca de 30%, o que evidencia um alto número de evasão. O problema de evasão foi constatado por Marinho (2020) como um obstáculo relevante enfrentado pelo Pronatec. A carga horária oferecida por cada modalidade de curso é um fator determinante para explicar às suas respectivas taxas de conclusão.

Os cursos técnicos requerem um período de tempo muito maior, isso acaba exigindo dos estudantes muito mais dedicação e disponibilidade, que a assistência oferecida pelo programa por vezes não é capaz de suprir, pois o seu público-alvo é composto por quem tem interesse em entrar ou manter-se no mercado de trabalho, sendo assim, a precisão de priorizar o emprego e atender as necessidades básicas é condição determinante. Dessa maneira, nota-se a carência de ações de apoio a estes alunos, com vistas a identificar as causas de abandono, estabelecer atividades de apoio, incentivo e flexibilização como forma de assisti-los para lograrem um bom desempenho e, conseqüentemente, conseguirem o certificado.

O terceiro ponto importante a ser observado no cenário de Arapiraca é a quantidade de vagas oferecidas pelo Senac. O fato de enquanto esse agente de educação profissional ter sido um dos parceiros ofertantes do Pronatec na cidade ser o que mais abriu vagas de turmas não é novidade. A crítica sobre os investimentos feitos pelo governo federal para o Sistema S é algo recorrente desde a sua implementação, pois mais parece se resumir apenas a repasses de recursos para as instituições privadas (Lima; Maciel; Ribeiro; Santos, 2018), isentando o papel do Estado em garantir educação para a sociedade. Posto isto, a situação de Arapiraca não difere do cenário nacional, o programa, na cidade, também serviu como um instrumento de expansão do Sistema S, de forma a priorizar a predominância de utilização do capital da administração pública pela instituição privada.

### 4.3 Fase II (2015-2016)

No Brasil, a segunda fase do Pronatec foi caracterizada pelo declínio na oferta de vagas e cursos de 45% (Silva e Moura, 2022). A execução do programa em Arapiraca foi além, pois a queda atingiu 100%. Não há nenhum registro de cursos nas unidades ofertantes durante essa época, o que nos incita a pensar em uma suspensão das suas atividades entre os anos de 2015 e 2016. Desse modo, a situação local não seguiu o ritmo nacional, pois embora tenha caído, não deixou de ofertar e as suas atividades continuaram ao passo que Arapiraca vivenciou o seu momento mais drástico.

### 4.4 Fase III (2017-hoje)

A partir de 2017 se deu início o terceiro momento do Pronatec, momento este que ainda está vigente. As ações do programa voltaram à ativa, porém, os registros encontrados referentes às instituições ofertantes foram somente nas escolas estaduais. Desde o início da terceira fase até hoje, o levantamento – por meio dos arquivos existentes – apontam que foram realizadas, somando as vagas ofertadas pelas quatro escolas estaduais (Professor Pedro de França Reis, Costa Rêgo, Professor José Quintella Cavalcanti e Professora Izaura Antônia de Lisboa), 34 cursos, 1.654 matrículas, com 1.113 concluintes até o momento. Em relação à primeira fase é possível perceber uma diminuição de 35% de matrículas, mesmo com a ampliação das unidades ofertantes houve uma queda, também, no número de turmas disponíveis.

Dividindo os cursos por modalidade, foram 26 cursos FIC, com 1.252 matrículas com 908 alunos concluintes (ainda há 50 alunos em curso no momento em que este TCC é finalizado), ou seja, a taxa de conclusão pode ultrapassar 75%. Então, apesar da redução na quantidade de alunos matriculados, nesta fase do Pronatec, a taxa de concluintes já apresentou um aumento em relação à primeira fase. Separando os cursos por seus eixos tecnológicos e carga horária, eles estão classificados da seguinte forma:

- Ambiente e Saúde: Agente de Combate às Endemias (240h), Cuidador de Idoso (160h), Depilador (160h), Manicure e Pedicure (160h) e Massagista (240h);
- Desenvolvimento Educacional e Social: Assistente de Secretaria Escolar (180h), Inglês Básico (160h);
- Gestão e Negócios: Agente de Desenvolvimento Cooperativista (160h), Assistente de Recursos Humanos (160h), Operador de Caixa (160h), Operador de

Telemarketing (160h), Operador de Supermercados (160h), Promotor de Vendas (160h) e Vendedor (160h);

- Infraestrutura: Agente de Limpeza e Conservação (160h), Almoxarife de Obras (160h), Auxiliar de Manutenção Predial (180h), Frentista (160h), Trabalhador Doméstico (160h) e Tratador de Piscina (160h);
- Produção Cultural e Design: Agente Cultural (160 h), Editor de Vídeo (160h), Florista (160h), Fotógrafo (190h) e Vitrinista (160h); e Turismo, Hospitalidade e Lazer: Organizador de Eventos (180h).

Referente aos cursos técnicos promovidos, foram 8 no total, com 402 matriculados, 233 concluintes e 44 que ainda estão em curso. Já aqui destaca-se a ampliação na oferta de cursos técnicos. Ao analisar a trajetória do Pronatec, Silva, Moura e Souza (2018) associam este terceiro momento do programa à Reforma do Ensino Médio, com foco nos estudantes da rede pública de ensino, por meio do MédioTec. A oferta de cursos técnicos concomitantes aos alunos matriculados no ensino médio passou a ser foco do poder executivo federal como medida para fortalecer as ideias estabelecidas pela reforma. Tal prioridade do governo alcançou resultados, em Arapiraca, verificou-se o aumento de cursos técnicos comparados à primeira fase, não só na quantidade de matrículas, como também na de concluintes. O que resulta em uma taxa de aproximadamente 68,90% de conclusão, isto significa o dobro de concluintes ao confrontar com os anos iniciais de execução do programa.

Ao retomar as atividades suspensas em seu segundo período, era de se esperar, também, o retorno da parceria entre o Pronatec e o Sistema S, como é o caso do Senac. Referente ao contexto nacional, essa cooperação permaneceu, as entidades voltadas para o treinamento profissional continuaram a abrir vagas de turmas, porém em Arapiraca essa articulação não seguiu adiante, sem nenhuma ação do programa nas instituições privadas durante este período. As únicas unidades ofertantes dos cursos técnicos foram as Escola Estadual de Educação Básica Professor Pedro de França Reis, Escola Estadual de Educação Básica Costa Rêgo e a Escola Estadual José Quintella Cavalcanti, todas pertencentes à 5ª Gerência Especial de Educação, órgão sob subordinação da Secretaria Estadual de Educação.

Já as ofertas dos cursos técnicos foram:

- Informação e Comunicação: Técnico em Informática (1200h);
- Segurança: Segurança do Trabalho (1200h);
- Recursos Naturais: Agropecuária (1200h);
- Turismo, Hospitalidade e Lazer: Restaurante e Bar (800h);

- Produção Cultural e Design: Design de Interiores (800 h);
- Gestão e Negócios: Administração (1000h);
- Produção Industrial: Plásticos (1200h); e
- Desenvolvimento Educacional e Social: Secretaria Escolar (1200h).

#### **4.5 A adequação do Pronatec em Arapiraca**

Para atingir plenamente seu objetivo explícito, o Pronatec precisa, além de ampliar as oportunidades de capacitação profissional, fazer com que seus beneficiários consigam ingressar no mercado de trabalho. Sendo assim, os cursos disponibilizados pelo programa precisam estar condizentes com a realidade de atividades trabalhistas do local inserido. Lima, Maciel, Ribeiro e Santos (2018), ponderam a respeito do problema de, em muitos casos, não existir uma articulação entre as demandas de mercado e os cursos fornecidos, conforme citado no item 1.4 deste trabalho, ao enfatizar a falta de acesso ao emprego como uma situação que ainda persiste.

Ao restringir tal conjuntura para o contexto de Arapiraca, é possível observar que essa desconformidade não é tão ocorrente, pois há uma relação entre a oferta de turmas e as ocupações mais empregadas. A maioria dos cursos oferecidos correspondem ao eixo tecnológico de Gestão e Negócios, sendo o curso de Auxiliar Administrativo um dos que mais abriram turmas ao decorrer de sua trajetória no município, com 7 turmas, 185 alunos matriculados e 140 concluintes no total. No que tange às demandas do mercado de trabalho, os setores de Comércio e Serviço estão entre os que reúnem maior número de empregados. A função de Assistente Administrativo ocupou o segundo lugar entre as mais empregadas da cidade, como pode ser observado no item 3 desta pesquisa.

Na divisão de empregos por grupos ocupacionais, o cargo de Vendedores e Demonstradores preenche, sozinho, 11% das vagas e ocupa o primeiro lugar. Em Arapiraca, o programa também obteve um número significativo de turmas e matrículas relacionadas ao cargo, foram 7 turmas de Promotor de Vendas, com 210 matriculados e 152 concluintes; e 6 turmas de Vendedor, com 167 matrículas e 132 alunos concluíram o curso. Logo, percebe-se a existência de uma simetria entre a designação dos cursos oferecidos e a demanda de mercado, de forma que a participação no programa pode ser um diferencial importante para a captação dessas vagas.

## 5 CONCLUSÃO

O Pronatec surgiu como uma estratégia de melhorar o acesso de estudantes e trabalhadores a uma educação profissional de qualidade, com vistas a abranger as oportunidades de trabalho, por meio de assistência técnica e financeira. Diante da ideia proposta pelo Pronatec em promover qualificação profissional, é possível identificar essa ação como necessária e fundamental no que tange à busca por emprego e renda. Ser um profissional habilitado e atualizado com as tendências do ramo de trabalho é um requisito inevitável para quem busca aumentar as chances de inserção no mercado. É neste contexto que se encontra a importância em discutir o programa como ferramenta para se obter a qualificação profissional.

No decurso da sua trajetória, o programa está dividido em três fases, e passou por diversos momentos a depender do contexto social, político e econômico em que estava inserido. A primeira fase teve início em 2011 com a sua criação até 2014, foi marcada, principalmente, pelo alto investimento do governo federal e no número de matrículas. Apesar disso, o programa sofreu fortes críticas a respeito de sua legitimação e pela diferença entre o discurso oficial e os objetivos que estavam implícitos. A segunda fase, que aconteceu entre os anos de 2015 e 2016, está caracterizada pelo declínio na oferta de vagas no cenário federal; no final de 2016 houve o lançamento do Mediotec, uma ação que possibilitou ofertar os cursos de forma concomitante para os alunos da rede pública de educação, como forma de embasar a reforma do ensino médio. Já a terceira fase começou a partir de 2017 e está vigente até o presente momento. Foi durante esse momento que o Estado começou a dar mais prioridades aos cursos técnicos e de longa duração.

O desempenho do Pronatec em Arapiraca não foi muito diferente do ocorrido no cenário nacional no que diz respeito às semelhanças dos momentos vivenciados e dificuldades encontradas. Apesar de no segundo período do programa o quadro local ter sido muito mais agravante, devido à suspensão de suas atividades, de maneira geral, a execução do programa seguiu as tendências do governo federal.

Os cursos oferecidos pelas unidades ofertantes de Arapiraca, integram parte dos mais variados eixos tecnológicos ofertados pelo programa. Ademais, eles condizem com as demandas de emprego identificadas a partir da caracterização do mercado de trabalho local, pois, em grande parte, são voltados ao eixo de gestão e negócios, e a cidade possui o setor de comércio e serviços como um dos que mais geram emprego.

Sendo assim, a relevância de ações tais como as promovidas pelo Pronatec são evidentes e devem fazer parte da agenda do ciclo de políticas públicas. Porém, é essencial que haja mais aprofundamento no ensino para potencializar a capacitação dos alunos e torná-los realmente qualificados. Além disso, também há a necessidade de existir ações de apoio para os alunos, principalmente os de cursos com carga horária maior, para minimizar o problema da evasão. E, por conseguinte, a articulação com políticas de geração de emprego sejam implementadas, com prioridade, para que o Pronatec se converta em um instrumento de capacitação profissional gerador de empregos eficiente, efetivo e realmente capaz de promover mudanças significativas para quem deseja ingressar no mercado de trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ARAPIRACA. Davi Salsa. Prefeitura de Arapiraca. **Arapiraca volta a registrar novo saldo positivo na geração de empregos**. 2022. Disponível em: <https://web.arapiraca.al.gov.br/2022/10/arapiraca-volta-registrar-novo-saldo-positivo-na-geracao-de-empregos/>. Acesso em: 22 ago. 2023.
- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS. **Muitas Arapiracas**: conheça mais sobre a segunda maior cidade de Alagoas, muito além dos rótulos. 2018. Disponível em: <http://ama-al.com.br/muitas-arapiracas-conheca-mais-sobre-a-segunda-maior-cidade-de-alagoas-muito-alem-dos-rotulos/>. Acesso em 19 ago. 2023.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 22 out. 2022.
- BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 out. 2011. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm). Acesso em: 18 out. 2022.
- BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm). Acesso em: 22 nov. 2022.
- BRASIL. Programa de rádio “Café com a Presidenta”, com a Presidenta da República, Dilma Rousseff. **Biblioteca Presidência da República**, Brasília, DF, 24 out. 2011. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/cafe-presidenta/programa-de-radio-201ccafe-com-a-presidenta201d-com-a-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-9>. Acesso em: 20 out. 2022.
- CARAVELA DADOS E ESTATÍSTICAS (org.). Características de Arapiraca. 2020. Disponível em: <https://www.caravela.info/regional/arapiraca---al>. Acesso em: 23 ago. 2023.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. Os riscos do Pronatec para a educação técnica profissional. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 179–184, 2011. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/57/54>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/arapiraca/panorama>. Acesso em: 18 ago. 2023.
- LAURENTINO, Thiago da Silva; ALLOUFA, Jomária da Mata de Lima. Avaliação da implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec): um estudo de caso no município de Picuí-PB. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 105, p. 796-816, dez. 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/87fvt7yndFyrNC3BKFmGBMs/?lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2022.

LIMA, Marcelo; MACIEL, Samanta Lopes; RIBEIRO, Ana Paula Ferreira; SANTOS, Jordan Rodrigues dos. PRONATEC: para que e para quem?. **Holos**, [S.l.], v. 8, p. 183-201, 31 dez. 2018. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7001/pdf>. Acesso em: 16 out. 2022.

MARINHO, Jarina Mara Pereira. Os desafios do PRONATEC no IFCE - Campus Aracati: uma visão geral. **Conexões - Ciência e Tecnologia**, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 103-111, abr. 2020. Disponível em: <http://conexoes.ifce.edu.br/index.php/conexoes/article/view/812>. Acesso em: 10 nov. 2022.

MOLL, J. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009.

PINTO, Jorge Eschriqui Vieira. O pensamento de Anísio Teixeira e a formação integral na educação profissional técnica no Brasil. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 2, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4581/3770>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SANTOS, Enrico José dos; BRAZ JUNIOR, Paulo; ALVES, Cândida Maria Santos Daltro; ALVES, Jaênes Miranda. Repercussões e limites do PRONATEC para desenvolvimento de um município do Vale São-Franciscano da Bahia. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/5205/4082>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SEBRAE. **Data MPE Brasil**. 2021. Disponível em: <https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/al-arapiraca>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SILVA, Danilma de Medeiros; MOURA, Dante Henrique. A implementação do Pronatec e as implicações na política da educação profissional: o prescrito e o efetivado. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 48, e240913, p. 1-17, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/pLKbmV8cm7PC37ByM6XM6wb/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2022.

SILVA, Danilma de Medeiros; MOURA, Dante Henrique; SOUZA, Lincoln Moraes de. A trajetória do PRONATEC e a reforma do ensino médio: algumas relações com a política de educação profissional mundial. **Revista Trabalho Necessário**, Rio Grande do Norte, v. 16, n. 30, p. 183-206, 21 nov. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/10092/7023>. Acesso em: 16 out. 2022.

SILVA, David Costa Correia; CHAVES, Marcelo Santos; SOUZA, Carla Caroline Barisao de; COELHO, Helder Santos. Os determinantes da expansão do emprego formal no mercado de trabalho do município de Arapiraca-Alagoas-Brasil. **Revista Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, out-dez. 2016. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/ccss/2016/04/arapiraca.html>. Acesso em: 19 ago. 2023.

SOUZA, Vanessa Alexandre de. **O PRONATEC no sistema de ensino brasileiro**: estudo de caso no Instituto Federal de Goiás nos municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia, 2020. 140 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/teseserver/api/core/bitstreams/29ae7456-e3ee-4e40-84e8-f411d09763de/content>. Acesso em: 02 dez. 2022.